



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V MINISTRO ALCIDES CARNEIRO DA CUNHA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

SARA MELISSA DE SOUZA GOMES

**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE LUSÓFONA A PARTIR DA
COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA**

**JOÃO PESSOA
2021**

SARA MELISSA DE SOUZA GOMES

**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE LUSÓFONA A PARTIR DA
COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA**

Trabalho de Conclusão de Curso
(Artigo) apresentado a/ao
Coordenação /Departamento do
Curso Relações Internacionais da
Universidade Estadual da Paraíba,
como requisito parcial à obtenção do
título de Bacharel em Relações
Internacionais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Silvia Garcia
Nogueira

**JOÃO PESSOA
2021**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

G633c Gomes, Sara Melissa de Souza.
A construção da identidade lusófona a partir da
Comunidade de Países de Língua Portuguesa [manuscrito] /
Sara Melissa de Souza Gomes. - 2021.
34 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações
Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2021.

"Orientação : Profa. Dra. Sílvia Garcia Nogueira,
Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA."

1. Comunidade linguística. 2. Cultura. 3. Construção de
identidade. 4. Comunidade de Países de Língua Portuguesa -
CPLP. I. Título

21. ed. CDD 401.41

SARA MELISSA DE SOUZA GOMES

**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE LUSÓFONA A PARTIR DA COMUNIDADE
DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Relações Internacionais da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial à obtenção do título de
bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: 14/05/2021

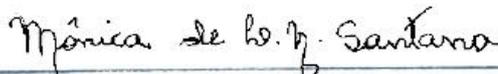
BANCA EXAMINADORA



Silvia Garcia Nogueira (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Juliana Dias Vieira
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Mônica de Lourdes Neves Santana
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Dedico esse estudo a minha querida avó Maria do Carmo Calixto de Souza, que amorosamente sempre me incentivou e sonhou com minha formação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me conceder o intelecto e a oportunidade de vivenciar momentos especiais durante a graduação.

Agradeço aos meus familiares que contribuíram de diversas maneiras para o meu desempenho durante esses anos, em especial, minha mãe Lêda Maria Calixto de Oliveira e minha avó Maria do Carmo Calixto de Souza, que em todo momento acreditaram em minha capacidade e me apoiaram todos os dias.

Agradeço também ao meu esposo Valdemir Severino da Silva, pela compreensão, apoio e incentivo na reta final de finalização desta importante etapa de conclusão da faculdade. Agradeço por todo seu amor e pelo encorajamento diário, ao qual me permitiu prosseguir com entusiasmo.

Agradeço à minha orientadora Prof.^a. Dr.^a. Silvia Garcia Nogueira por sua amizade, pelos momentos de aprendizado e assistência prestada em me conduzir nos caminhos do conhecimento acadêmico e pessoal.

Agradeço também aos membros da banca, Prof.^a. Dr.^a. Giuliana Dias Vieira e Prof.^a. Dr.^a. Mônica de Lourdes Santana pela honra e por contribuírem com minha formação acadêmica.

Agradeço especialmente ao Cnpq pelo fomento da pesquisa acadêmica no Brasil ao qual participei dos segundos projetos de Iniciação Científica (PIBIC): Koperasaun Ne'ebe Buras Dadaun: Um Estudo Sobre a Cooperação Educacional Brasil/Timor-Leste na Paraíba (Brasil) (Cota 2016-2017) e Cooperação Acadêmica do Timor-Leste com Países Lusófonos e Inserção na CPLP: um Panorama geral (Cota 2018 - 2019), sob orientação da Prof.^a. Dr.^a. Silvia Garcia Nogueira. Os quais serviram de fonte inspiradora para a escolha do presente trabalho de conclusão de curso.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CECS	-	Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
CPLP	-	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
HIV	-	Vírus da Imunodeficiência Humana
LUSOCOM	-	Federação Lusófona de Ciências da Comunicação
MEC	-	Ministério da Educação
ONU	-	Organização das Nações Unidas
SIDA	-	Síndrome da Imunodeficiência Humana Adquirida.
IILP	-	Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1 SURGIMENTO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP).....	9
2 EXPANSÃO DA CPLP E A LUSOFONIA	15
2.1 Os Três Círculos da Lusofonia.....	19
2.2 O Espaço Lusófono.....	22
3 POLÍTICAS DA LÍNGUA E LUSOFONIA: ASPECTOS CULTURAIS E IDEOLÓGICOS.....	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
REFERÊNCIAS.....	30

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE LUSÓFONA A PARTIR DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

THE CONSTRUCTION OF LOSUPHONE IDENTITY FROM THE COMMUNITY OF PORTUGUESE LANGUAGES

RESUMO

Este artigo tem como objetivo abordar a importância e a manutenção de uma Comunidade que preza pela junção dos países que têm a língua portuguesa como seu idioma oficial, respeitando suas diferenças culturais e autonomias territoriais e políticas. A pergunta que orienta este trabalho é: Qual a importância da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa para a criação de uma identidade lusófona? Para isto foi realizada pesquisa bibliográfica e documental, utilizando-se dos bancos de dados do Scielo, Repositório e o site oficial da própria Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, sendo considerados os artigos publicados em português nos últimos 15 anos. Conclui-se que a CPLP atua fortemente para estabelecer a igualdade entre todos os países que a compõem, respeitando suas autonomias políticas, sociais e culturais.

Palavras-chave: Língua; Comunidade Linguística; Cultura; Construção de Identidade.

ABSTRACT

This article aims to address the importance and maintenance of a Community that values the union of countries that have the Portuguese language as their official language, respecting their cultural differences and territorial and political autonomies. The question that guides this work is: What is the importance of the Community of Portuguese Speaking Countries for the creation of a Portuguese-speaking identity? For this, bibliographical and documentary research was carried out, using the Scielo databases, Repository and the official website of the Community of Portuguese Speaking Countries, considering the articles published in Portuguese in the last 15 years. It is concluded that the CPLP acts strongly to establish equality among all the countries that compose it, respecting their political, social and cultural autonomies.

Keywords: Language; Linguistic Community; Culture; Construction of Identity

INTRODUÇÃO

O mundo lusófono apresenta uma ampla diversidade cultural. São cerca de 291,4 milhões de falantes, distribuídos nos Estados de Angola, Brasil, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste e uma Região (Macau), repartidos por quatro continentes, por meio do estatuto oficial da língua portuguesa. Cabe acrescentar que as culturas lusófonas diferem, pois são constituídas por patrimônios culturais, composições étnicas e coexistência com outras línguas nativas distintas.

A língua portuguesa alcança o plano das culturas planetárias através da sua dimensão cultural, das criações audiovisuais, das músicas, isto é, do grande patrimônio cultural e artístico, tanto material como imaterial. Uma demografia crescente, em todo o mundo existem 291,4 milhões de indivíduos que fazem parte dos países lusófonos, o que representa cerca de 4,8% dos 7,7 bilhões da população mundial global (SEPÚLVEDA, 2020), o que fortalece a presença do português no mundo.

Entretanto, a língua portuguesa ainda não está presente entre os idiomas oficiais nas Nações Unidas. Salienta-se, ainda, que mesmo nas organizações onde o português é considerado como idioma oficial, o mesmo não ocupa o lugar de destaque, na União Europeia e na União Africana, além de ser pouco presente em sites e documentações de diversas organizações internacionais.

Mesmo existindo cerca de 85 milhões de internautas lusófonos, (considerada como a sexta população mais vasta a nível mundial), que totaliza cerca de 4,1 bilhão de pessoas, ou seja, 53,6% da população mundial (ONU, 2019), a língua portuguesa tem uma das taxas mais fracas em matéria de produção de conteúdo, sendo relegada ao segundo plano nas bases científicas mundiais e a sua representação nas grandes instituições de governança internacional (normas, protocolos, fóruns, etc.) é rara (MECEDO, 2014).

É inegável o sucesso dos países lusófonos em relação aos processos audiovisuais, a música e as artes em geral. Entretanto, existem outras manifestações artísticas que não possuem um canal de distribuição e divulgação tão ampla ao ponto de torná-las mundialmente conhecidas, o que também acontece com a ausência de redes audiovisuais instaladas à escala global.

O ato de se adotar a língua francesa (francofonia) ou a língua alemã (germanofonia) como língua de cultura ou língua franca é muito menor do que o número de falantes que na lusofonia, mas é possível notar que estas línguas atingem maior interesse no que se refere à aprendizagem das línguas respectivas nas escolas, nos centros de línguas, em termo de uso nos congressos políticos, nos filmes, na Internet. Para que o lusófono seja reconhecido e conceituado no mundo ainda é necessário um grande trabalho, em que o principal foco consista, significativamente, em perceber a língua portuguesa como uma língua internacional.

Cabe dizer que as Nações Unidas ainda não veem a língua portuguesa como um dos idiomas oficiais e que ela também não ocupa o lugar de destaque na União Europeia e na União Africana. Diante disso, este estudo busca responder a seguinte pergunta: Qual a importância da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa para a criação de uma identidade lusófona? Para tentar responder a ela, foi realizada pesquisa bibliográfica, utilizando-se dos bancos de dados do Scielo, e o site oficial da própria Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, sendo considerados os artigos publicados em português nos últimos 15 anos.

O principal objetivo é abordar sobre a importância e a manutenção de uma Comunidade que preza pela junção dos países que têm a língua portuguesa como seu idioma oficial, respeitando suas diferenças culturais e autonomias territoriais e políticas.

Assim, o primeiro passo é buscar compreender o surgimento da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, depois ressalta a importância da expansão da CPLP e a lusofonia, em seguida aborda-se as Políticas de Língua e Lusofonia, especialmente em relação aos aspectos culturais e ideológicos.

1. SURGIMENTO DA COMUNIDADE DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP)

Com o intuito de organizar os países que apresentam uma relação de cooperação e amizade mútua, cuja característica em comum consiste no idioma

Português como língua oficial, foi criada a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), formada por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Moçambique, Portugal, Timor-Leste e São Tomé e Príncipe (SARAIVA, 2011).

Para compreender melhor a origem da CPLP, é interessante voltar aos anos 1980, em que, de acordo com Sousa (2014), o Brasil foi sede do I Encontro de Chefes de Estado e de Governo dos países de língua portuguesa, encontro esse proposto pelo então Ministro de Portugal Jaime Gama. É importante salientar que exatamente no supracitado evento ficou decidida a criação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP), cujo objetivo consistia em promover e difundir o idioma comum. Ressalta-se que assim como Jaime Gama, os embaixadores brasileiros em Portugal, Adriano Moreira e José Aparecido de Oliveira, tiveram participação determinantes na década seguinte para a criação da Comunidade (CAMINO, 2013).

Segundo relatos de Sousa (2014), em fevereiro de 1994, sete Ministros dos Negócios Estrangeiros de Angola, Brasil, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, reuniram-se em Brasília e decidiram recomendar aos seus governos a realização de uma reunião de cúpula de Chefes de Estado e de Governo, com a finalidade de tornar oficial a fundação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Ainda de acordo com o supracitado autor, durante o referido encontro dos Chefes de Estado dos sete países de língua portuguesa, firmou-se um grupo de concertação permanente, cuja sede deveria em Lisboa e integrado por um alto representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal e pelos embaixadores acreditados em Lisboa, por essa Capital a única onde existiam embaixadores de todos os países da CPLP.

Coube à CPLP, mesmo estando em fase inicial, analisar a cooperação existente entre os sete países lusófonos e a concertação a estabelecer no futuro, sobretudo, nos domínios político-diplomático, cooperação econômica e empresarial, cooperação com organismos não-governamentais e a entrada em funcionamento do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (BRASIL, 2004). Desta forma, o trabalho desenvolvido teve como resultado documentos como a Declaração Constitutiva que, dentre suas premissas, “constitui, entre os respectivos Povos, um vínculo histórico e um patrimônio comum resultantes de

uma convivência multissecular que deve ser valorizada” e os Estatutos da Comunidade (CPLP, 1994).

Em 1994, o Brasil voltou a sediar o encontro entre sete Ministros dos Negócios Estrangeiros de Angola, Brasil, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, durante o referido evento, os governos dos países participantes, recomendaram que fosse realizada uma cimeira de Chefes de Estado e de Governo com a finalidade de tornar formal a constituição da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Durante o mesmo encontro, ainda ficou estabelecida a estruturação de um grupo cuja concentração fosse permanente, do qual deveriam fazer parte um alto representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal assim como os embaixadores dos países envolvidos acreditados em Lisboa. Segundo relato de Sousa (2014), coube a este grupo a responsabilidade de analisar a cooperação existente entre os países participantes, bem como ao que se refere ao âmbito político-diplomático, estabelecer os domínios de sua concertação futura.

Entretanto, foi somente no ano seguinte, em 1995, em Lisboa, que em novo encontro dos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos sete países, que ficou claramente manifestada a intenção da criação da CPLP, todavia, o agendamento desta criação foi firmado para o ano de 1996 (SOUSA, 2014).

Segundo a Declaração Constitutiva da CPLP, os Chefes de estado e de Governo reuniram-se sob premissas como Paz, Democracia, Estado de Direito, Direitos Humanos, Direitos do Desenvolvimento e da Justiça. Tomaram como dever a busca constante e continua pelo respeito pela integridade territorial e a não-ingerência nos assuntos internos de cada Estado. Também, de acordo com a CPLP, é imprescindível resguardar o direito de cada Nação em estabelecer seu próprio desenvolvimento político, econômico e social (CPLP, 2007).

De acordo com o artigo 1º do Estatuto da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP, 2007), foi constituído um foro multilateral com a finalidade de tornar cada vez mais fortes os laços de amizade entre os países participantes da referida Comunidade, assim como estreitar a concertação político-diplomática ao que se refere as relações internacionais e da cooperação entre os seus membros, salientando ainda o gozo de personalidade jurídica e a autonomia administrativa e financeira presente no mesmo.

O supracitado foro, ainda tem como missão tornar real os projetos referentes a promoção de difusão da Língua Portuguesa, para isto, utilizam os recursos do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP). Em 2002, a CPLP passou a contar também com o Timor-Leste, uma vez que se tornou independente, passou a ser o oitavo Estado-membro (SOUSA, 2014). Posteriormente, em 2014, Guiné-Equatorial se tornou o nono Estado-Membro da Comunidade depois da realização da Conferência que ocorreu em Díli no mesmo ano (PINTO, 2016).

O principal objetivo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa consiste na busca e manutenção da harmonia política e diplomática entre os seus Estados membros, bem como pela cooperação entre as nações constituintes em todos os domínios, e o desenvolvimento de projetos de promoção e divulgação da língua portuguesa (SILVA, 2011). Vale salientar que há um tratamento igualitário e de reciprocidade entre todos os Estados membros da CPLP, o que tem como finalidade manter as suas identidades nacionais e respeitar o princípio da não-ingerência em assuntos de cada um dos países, bem como a sua integridade territorial.

A paz, democracia, direitos humanos, justiça social e estado de direito são os objetivos a que se votam os membros da CPLP de acordo com os princípios por que se regem, com vista à promoção do desenvolvimento e da cooperação mútua, mais especificamente, de acordo com Silva (2011), consistem em erradicar a pobreza extrema e a fome, assim como em atingir o ensino primário universal, promover a igualdade de gênero e a capacitação das mulheres, e reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde materna, combater o HIV/SIDA, a Malária e outras doenças, além de buscar garantir a sustentabilidade ambiental e criar uma parceria global para o desenvolvimento.

Ainda de acordo com Silva (2011), os fundos que embasam o funcionamento do Secretariado Executivo da Comunidade, principal órgão executivo, cuja responsabilidade consiste em aplicar as decisões dos órgãos deliberativos, são oriundos das contribuições dos Estados membros, e ainda contam com um fundo especial e algumas contribuições voluntárias de instituições públicas e privadas.

Em relação à questão educacional, segundo apresenta o MEC (2021) a Declaração Constitutiva da CPLP ainda ressalta a necessidade de

dinamizar e aprofundar a cooperação no domínio universitário, na formação profissional e nos diversos setores de investigação científica e tecnológica para uma crescente valorização dos seus recursos humanos e naturais, bem como promover e reforçar as políticas de formação de quadros (MEC, 2021, p.1).

Os princípios ordenadores responsáveis pelo regimento do funcionamento da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa presentes em seu Estatuto (CPLP, 2007) são:

- Igualdade soberana, não ingerência nos assuntos internos de cada Estado;
- Respeito pela sua identidade nacional, reciprocidade de tratamento;
- Primazia pela Paz, da Democracia, do Estado de Direito, dos Direitos Humanos e da Justiça Social;
- Respeito pela sua integridade territorial, promoção do Desenvolvimento e a promoção da cooperação mutuamente vantajosa.

Ainda cabe como responsabilidade à Comunidade estimular a cooperação entre os seus membros com o objetivo de promover as práticas democráticas, a boa governação e o respeito pelos Direitos Humanos, conforme está expresso no Artigo 5º do Estatuto da CPLP (CPLP, 2007).

Como já mencionado, a CPLP goza de personalidade jurídica e possui autonomia administrativa e financeira, a sede da referida Comunidade está localizada em Lisboa, a capital da República Portuguesa (CPLP, 2007).

Segundo relata o art. 8º do Estatuto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, fazem parte da CPLP quatro importantes Órgãos de Direção e Executivos, senda A Conferência de Chefes de Estado e de Governo, O Conselho de Ministros, O Comitê de Concertação Permanente e O Secretariado Executivo (CPLP, 2007).

Nesse sentido, é interessante que se entenda como cada um desses órgãos atua, assim, dispõe-se:

1) A Conferência de Chefes de Estado e de Governo

Esse é considerado como o órgão máximo da CPLP, o qual se reúne de dois em dois anos, ou quando se fizer solicitado por dois terços dos Estados Membros. Salienta-se, que durante a Conferência todas as decisões são tomadas por consenso e vinculativas a todos os membros. É constituída por Chefes de Estado e/ou Governo dos Estados Membros.

2) O Conselho de Ministros

Esse órgão é formado por Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores de todos os Estados Membros da Comunidade. Esta recomenda à Conferência de Chefes o candidato para o cargo de Secretário Executivo, elege o Diretor Executivo do IILP. E elege um Presidente, entre seus membros, para mandato rotativo, a cada dois anos e reúnem-se uma vez por ano.

3) O Comitê de Concertação Permanente

O Comitê de Concentração Permanente é composto por um representante de cada Estado Membro. O referido órgão tem como finalidade acompanhar o cumprimento de decisões e recomendações dos outros Órgãos da CPLP pelo Secretariado Executivo, e suas reuniões acontecem uma vez por mês ou ainda quando solicitada pela Comunidade. O Presidente do Conselho de Ministro é o coordenador desse órgão, as decisões do Comitê são tomadas por consenso, e quando necessário o Comitê tem a autonomia para constituir grupos de trabalhos para auxiliar em suas tarefas (CPLP, 2007).

Após criação e ratificação do Estatuto da Comunidade, outros órgãos passaram a fazer parte da CPLP. Durante a Cimeira de Chefes de Estado, realizado em Brasília em 2002, no decorrer da revisão dos Estatutos da CPLP, foram acrescentadas as Reuniões Ministeriais Sectoriais e a Reunião dos Pontos Focais de Cooperação (SOUSA, 2014).

Mais tarde, em Luanda, no ano de 2005, quando foi realizado o 10º Conselho de Ministro, foi integrado o Instituto Internacional de Língua Portuguesa. E em 2007, ficou estabelecida a Assembleia Parlamentar, ao qual reúne os Parlamentos nacionais dos Estados Membros (SOUSA, 2014).

Nesse sentido, é importante salientar que, se tratando o quinto idioma mais falado no mundo, o português precisa expandir cada vez mais sua cadeia de aprendizado e comunicação, como ressalta Damásio (2019), ao afirmar a importância de consolidar e supracitada Comunidade, tornando-a cada vez mais atrativa para os seus cidadãos, tendo como foco o crescimento das mobilidades de todos os cidadãos no espaço geográfico nos Estados-membros.

2 A EXPANSÃO DA CPLP E A LUSOFONIA

Desde a sua criação, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa passou por dois processos de expansão, o primeiro aconteceu em 2002 quando Timor-Leste passou a fazer parte da Comunidade (SOUSA, 2014), e o segundo veio com a inclusão da Guiné-Equatorial em 2014 (PINTO, 2016).

Após anos de luta por sua libertação e contando com o apoio dos Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e da Organização das Nações Unidas (ONU), o Timor-Leste teve sua independência consagrada em 20 de maio de 2002 e, a Assembleia Constituinte da CLPL, consagrou, na Constituição da República Democrática de Timor-Leste, a Língua Portuguesa, em conjunto com o Tétum, como idioma oficial do país (CPLP, 2002).

Tais medidas da Assembleia Constituinte são reflexos das recomendações outrora feitas durante a II Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros da CPLP, que foi realizada na capital Timorense, Díli, em 20 de maio de 2002, quando foi definitiva e formalmente aprovada a adesão da República do Timor-Leste à CPLP, sendo a mesma formalizada somente em agosto do mesmo ano durante a realização da IV Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, realizada em Brasília (CPLP, 2002).

A Comunidade de Países de Língua Portuguesa conta com um discurso produzido acerca da Língua Portuguesa, ao qual corrobora para a construção de

um espaço lusófono. A respeito de lusofonia, Luiza Branco (2011, p. 2) aponta que a palavra deriva de “lusó” que vem do latim e quer dizer: “lusus” para referir-se ao sinônimo de “lusitano” e/ou “português”. Ou seja, aquilo que é relativo a Portugal. Portanto, quando se fala em lusofonia ou de um espaço lusófono se remete aos países que são ex-colônias de Portugal e ainda hoje adota o idioma português como língua oficial.

Com o intuito de promover uma melhor compreensão acerca do que se trata por Lusofonia e Espaço Lusófono, veremos a seguir de que maneira é composto o ambiente a qual está inserida a lusofonia. Entretanto, se faz necessário compreender que existem distintas definições referentes ao conceito de Lusofonia e ao espaço lusófono. Sousa (2012, p.2) afirma Lusofonia como:

uma comunidade alargada de falantes de língua portuguesa, nos seus países e origem, e a mesma autora define estado espaço lusófono como “os Estados em que é idioma oficial (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, S. Tomé e Príncipe, e Timor-Leste), regiões autónomas de outros países onde é herança cultural”.

Já Galito (2021, p.6) possui interpretação semelhante a Sousa, mencionando ainda a diáspora, referindo-se a ampla comunidade onde se fala o português, considerando os Estados onde o referido idioma é o oficial, bem como as regiões autónomas de outros países onde é herança cultural. E, segundo Macedo (2014, p.3), a comunidade lusófona é:

um coletivo em formação e que, apesar da forte conotação ideológica, que a situa ao nível do resgate de um passado agora reinventado à luz do ‘encontro de culturas’, esta é uma realidade prática que vemos funcionar em expressões diversas, quer em iniciativas informais, quer em transações comerciais ou em atividades socioculturais – para além das ações político-institucionais.

O conceito de “lusofonia” apresenta uma ambiguidade vista como um problema ao perceber seu espaço de origem – a CPLP -, pelo fato de a referida palavra ter ficado de fora da Declaração Constitutiva da instituição, assim como menciona Sousa (2013) ao afirmar que o uso da palavra lusofonia tem um significado pós-colonial.

A lusofonia surge na dicionarização de referência em 1950. Cármen Maciel (2010), que mapeou o campo interpretativo da lusofonia, concluiu que a palavra só aparece nas obras de referência a partir de 1972. É em 1969, no

entanto, que eu a encontro escrita pela primeira vez num manual sobre 'portugalidade', da autoria de António Ferronha, em que lhe é associada a ideia de uma língua única e um ideário, sem os quais não haveria promessa de continuidade entre Portugal e as suas então províncias ultramarinas. A meu ver, ao contrário de 'portugalidade', que é marcadamente colonial, tendo a palavra sido mesmo cunhada entre os anos 50 e 60 do século XX, em pleno Estado Novo, a lusofonia é um conceito pós-colonial. Salienta-se ainda, que os termos “lusofonia” e “lusófono” existe desde 1950 e possuem seus significados estabelecidos nos dicionários de referência da Língua Portuguesa (SOUSA, 2019).

Nas últimas décadas o termo Lusofonia tem apresentando certas oscilações entre uma pluralidade de significados. De acordo com Maciel (2010), esses significados podem estar atrelados a ideologias políticas, relações interestatais, interesses económicos, questões linguísticas e identitárias, entre outras. Ela afirma que tais oscilações podem resultar em amplas dificuldades para estabelecer o conceito a que se designa por lusofonia e espaço lusófono.

A autora (2010) chama atenção ainda para o uso do termo que é apropriado e utilizado no senso comum com frequência, além de ser comumente invocado nos discursos políticos, aplicado em documentos oficiais, e entre artistas, músicos ou escritores do chamado “espaço lusófono”, e largamente utilizado como spot publicitário para uma campanha comercial entre os países de língua portuguesa. Nesse sentido, essa discussão teórica parece estar presente na prática cotidiana.

Em todas essas situações, acredita-se que todos conseguem compreender do que se fala, e quem ouve ou lê entende a que realidade os interlocutores se referem, e o sentido que é atribuído à palavra lusofonia parece não ser problemático. Entretanto, a polissemia do termo apresenta diversas derivações, nas quais cada um tenderá a encontrar nele o que aí procura. (MACIEL, 2010)

Branco (2011) defende que “lusofonia” faz referência ao resgate de uma memória passada comum aos países que compõem a CPLP, do mesmo modo que aponta para um futuro subentendido:

produzem-se atualizações de uma memória já organizada pelo esquecimento do que não cessa de se escrever, pelo já-dito, pelo já-significado, que, ao mesmo tempo em que recorta um passado, aponta para uma latência de futuro, deixando na interdição outros nomes, outras línguas, outros sujeitos, outras histórias que aí venham-a-ser. Porém, apesar dessa ilusão de completude, a disputa por sentidos é constitutiva do processo discursivo da nomeação. Ou seja, o real das nomeações de dezenas de línguas faladas nos países da CPLP contradita esse imaginário homogêneo: brasileiro, bolo, diriku, holu, khue, kikongo, kilari, kimbundo, kisikongo, kuangali, lucazi, badiara, biafada, crioulo da Alta Guiné, jola-felupe, kasanga, mandinka, mandjak, nalu, n'ko, papel, maniaua, maniika, muani, natembo, ndau, ngonj, nsenga, fimbi, português timorense, rongga, suahili, suati, takuané, teue, tonga, adabe, baikeno, bunak, fataluku, galoli, habun, kemak, lakalei, makasae, asturiano, galiciano, mirandês. (BRANCO, 2011, p.4)

A autora ainda acredita que o futuro subentendido que envolve os países da CPLP e o chamado Espaço Lusófono salientam a heterogeneidade existente entre as diversas culturas de cada país que compõem a Comunidade, levando a refletir sobre a importância e o significado dessa diversidade para a construção de uma identidade lusófona.

Uma vez que se nomeiam a língua dos países que fazem parte da CPLP, como fez Branco (2011), se atribui significado à existência da diversidade cultural do Espaço Lusófono em construção. Sem deixar de levar em consideração, a identidade de cada um dos povos de cada nação que concebe a CPLP, ao mesmo tempo que anula a ideia de que a Lusofonia e a CPLP obrigatoriamente constituem um espaço homogêneo.

Todavia, segundo Brito (2013), é possível perceber a diversidade de sensações que a lusofonia provoca, especialmente, no que se refere aos seus múltiplos modos de existir: a ideia de lusofonia, precisa ser mesmo vista como muitas. No Brasil, para o autor, não se percebe nenhum incômodo visível, pelo menos no que diz respeito à utilização do termo Lusofonia. Seja por desconhecimento, no Brasil de hoje, o cidadão comum não se incomoda com a pertença a uma “comunidade lusófona”, mesmo porque os brasileiros muitas vezes denominam a língua que usam, não de portuguesa, mas de uma assumida “língua brasileira”.

Assim, para Brito (2013), é possível pensar a língua e a identidade lusófonas referidas a um contexto geograficamente disperso, e multi e pluricultural por natureza, de sistemas linguísticos vários e de diferentes normas do português. Na ótica da autora, e também aqui adotada, a lusofonia legitima-

se somente quando a entendemos múltipla e, nela, distintas vozes são reconhecidas e respeitadas.

Ainda de acordo com a autora, existe uma síntese “fabulosa” do universo lusófono, onde é possível conciliar tanto as diversidades linguísticas e culturais quanto a unidade cuja finalidade consiste em estruturar o sistema linguístico do português. Pode-se observar a existência de uma dimensão geográfica da língua portuguesa distribuída em vários espaços, em uma área extensa e descontínua e, que, como todas as demais línguas vivas, se apresenta internamente caracterizada pela coexistência de várias normas e subnormas. Nesse contexto, Brito (2013, p.8) afirma que

[...] estas, naturalmente, divergem de maneira mais ou menos acentuada num aspecto ou noutro, numa diferenciação que, embora não comprometa a unidade do sistema, possibilita-nos reconhecer diferentes usos dentro de cada comunidade.

Quanto ao espaço lusófono, Silva (2014), defende que o lusofonismo é uma conquista de um espaço cultural, os quais culturais devem existir pacificamente, e ser defendido por qualquer país luso-falante: Portugal, Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe. Pinto (2016) acredita que o espaço lusófono se caracteriza pelo “reconhecimento das afinidades que existem entre aqueles que têm a língua portuguesa como língua de comunicação ou de cultura”

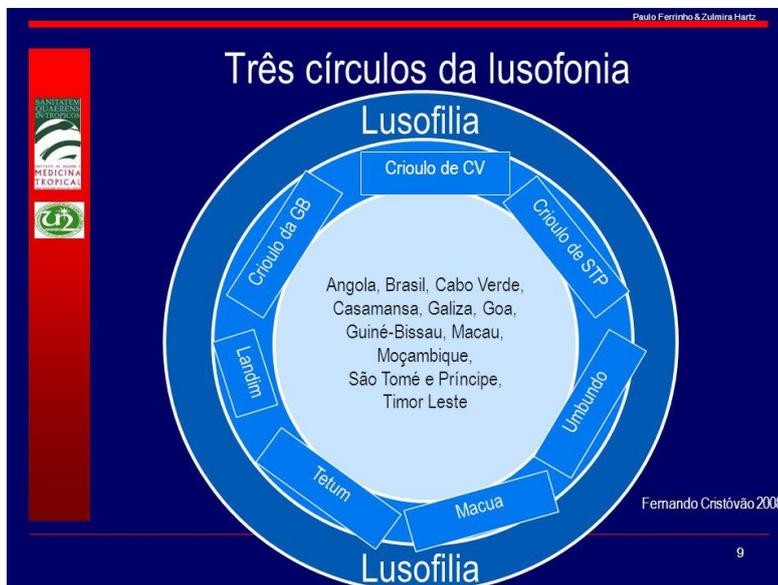
Salienta-se que o idioma português é sem dúvida o principal agente que contribui para a formação da CPLP. Todavia, a evolução do próprio idioma e as variações culturais também exercem influência no que se refere à construção de uma identidade lusófona, a partir dos chamados “Três Círculos da Lusofonia” nomeado por Fernando Cristóvão, membro da Academia de Ciências de Lisboa, em 2002 com o intuito de englobar a diversidade existente sobre o assunto em tela.

2.1 Os Três Círculos da Lusofonia

De acordo com Pinto (2016), os Três Círculos da Lusofonia foram traçados por Fernando Cristóvão (2002), feito considerado por muitos

historiadores como um passo importante para a construção de uma Comunidade Lusófona.

Figura 1: Os Três Círculos da Lusofonia



Fonte: Cristovão, 2008.

Assim, conforme relata Cristovão, o primeiro círculo possui um raio menor, que envolve as nações lusófonas independentes e ainda as regiões que, mesmo que pertençam a outros Estados não apresentam fidelidade política, assumem uma ligação estreita à cultura lusófona. Pinto (2016), ressalta que na cultura lusófona há uma significativa relevância da língua e dos traços culturais partilhados por aqueles países que têm com Portugal uma relação histórica, considerando que esses países foram colonizados por essa antiga metrópole e incorporaram muitos de seus traços lusófonos. Entretanto, esses traços somaram-se à cultura e à língua dos povos originários, constituindo, assim, um rico panorama cultural e linguístico distinto, mas, ao mesmo tempo, com elementos comuns.

Desta forma, podemos dizer que o primeiro círculo consiste basicamente no futuro da língua portuguesa, assim como na solidariedade dos seus falantes, além de buscar desenvolver a ação externa dos lusófonos, a começar pelas organizações internacionais, pois considerando a língua como um elemento aglutinador de pessoas, instituições e nações, e que não se preconiza a existência de uma só cultura e língua, é importante reconhecer a língua

portuguesa como o principal elo de ligação entre os países da Comunidade.

O Segundo Círculo tem o mesmo centro, mas de raio superior ao inicial. Pinto (2016) defende que esse círculo é formado pelas outras línguas e culturas de cada um dos oito países lusófonos. O autor ainda afirma que no Segundo Círculo é possível perceber a existência de um relacionamento útil com as diversidades linguísticas e culturais da “Lusosfera”, uma vez que a língua e a cultura portuguesa são percebidas como suporte para a valorização das línguas e culturas nacionais e regionais, pois, não se trata de uma questão de Portugalidade, mas de Lusofonia.

Assim, é possível afirmar que a língua de comunicação internacional não deverá prejudicar em hipótese alguma as línguas locais, nem estas àquela, uma vez que todas possuem seu espaço e funções próprias, sendo inadmissível que haja um imperialismo linguístico de uma língua dentro de um mesmo território, enfraquecendo ou reprimindo as outras. Nesse sentido, se observa que cabe ao IILP a função de apoiar a valorização das outras línguas do país, a sua escolarização, edição, etc, mesmo porque, se não for a “língua de cultura” internacional a proteger as línguas regionais ou locais, em pouco tempo elas poderão desaparecer em detrimento da globalização.

Concêntrico, o Terceiro Círculo possui um raio ainda maior uma vez que é constituído por instituições, pessoas e grupos alheios aos países lusófonos, mas que mantêm vínculos com a língua e com as culturas lusófonas. Pinto (2016), diz que são pessoas, grupos e instituições de outras culturas e interesses não lusófonos que se interessam pelos lusófonos, sendo então, esse círculo formado por Professores e alunos do ensino universitário, familiares e conviventes de emigrantes, empresários, religiosos e eruditos.

É importante o reconhecimento do Terceiro Círculo como o de um conjunto de instituições e pessoas abertas à lusofonia, o que deveria conduzir as instituições lusófonas a uma política de aproximação que não se traduzisse só em reconhecer e premiar os seus méritos, mas sobretudo em promover, nas instituições de ensino, programas especiais de interdependência. E para esta tarefa deviam ser especialmente motivadas algumas empresas que cooperam com empresas desses países e, muito em especial, a indústria turística.

A seguir, a Lusofonia e o Espaço Lusófono serão abordados de forma mais detalhada.

2.2 O Espaço Lusófono

O Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), assim como o trabalho de investigação em torno da lusofonia, surgiram juntamente com o projeto “Espaço lusófono – língua portuguesa e identidade lusófona” em 1997, com o advento da Federação Lusófona de Ciências da Comunicação (Lusocom), em Lisboa. Vale salientar que, na comunidade lusófona, estima-se a existência de mais de 291,4 milhões de falantes, entretanto, uma minoria concebe reconhecer fazer parte de uma língua comum. Segundo afirma Couto (2011, p.38), “o lugar da lusofonia é, sem dúvida, o de uma “luso-afonia””, ou seja, é sobretudo um lugar de não conhecimento e de não reconhecimento das comunidades deste vasto espaço geocultural.

É interessante levar em consideração que mesmo sendo prioridade na lusofonia o debate sobre a língua portuguesa, nota-se que a questão linguística demonstra invalidade frente a argumentos que têm como finalidade apagar a sua centralidade. A questão linguística é o elemento principal a justificar “a construção de uma comunidade lusófona, processos históricos e questões ideológicas, econômicas e políticas concorrem para dar uma configuração mais complexa a essa comunidade”. (MEDEIROS, 2005, p.36)

De acordo com Freixo (2007), a ideia de “fraternidade luso-brasileira” e da existência de “laços históricos e culturais profundos” que unem Brasil e Portugal tiveram origem nos discursos de autoridades governamentais e de setores das elites desses países. Entretanto, mesmo entre os níveis mais esclarecidos das sociedades, ainda se percebe um relativo desconhecimento sobre a “fraternidade luso-brasileira” e laços históricos e culturais profundos”, uma vez que não conseguem enxergar além de estereótipos construídos e consolidados ao longo de dezenas de anos. Ainda no entendimento do autor, é possível tomar como exemplo o fato da História de Portugal, após 1822, não aparecer ou aparecer muito pouco nos livros didáticos brasileiros de educação básica.

A ideia de lusofonia, considerando uma visão de Portugal, estaria diretamente relacionada ao processo das grandes navegações, no qual esse país “apresenta as portas do mundo” para a Europa, espalhando, sequentemente, sua língua e sua cultura pelas terras onde aporta. Assim, surge um “imaginário lusófono”, que enfatiza uma identidade presente entre Portugal e as suas ex-colônias, sendo inclusive formada por elementos essencialmente portugueses, embasado em uma realidade histórico-social específica de Portugal, não apresentando, a mesma importância atribuída para os demais países de língua portuguesa (PONSO, 2018).

A fundação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa ilustra a dimensão econômica da lusofonia, que levando em consideração os aspectos culturais compartilhados, vem demonstrando cada vez mais interesses econômicos como critério de aproximação dos países-membros. Ficou evidenciado a partir da aprovação da participação de Guiné Equatorial como o mais novo membro do bloco, em 2014, mesmo tendo sido apresentadas intensas oposições à esta aprovação devido a casos de violação aos direitos humanos (LEVISKI, 2015; NOVAIS, 2015).

Ainda é possível observar que o referido país africano não compartilha uma história colonial lusófona, até, então, sendo este um critério essencialmente necessário para delimitar a escolha dos membros da CPLP. Desta forma, pode-se dizer, segundo Severo (2016), que, se de um lado aceitar o supracitado país é um sinal direcionado à dimensão econômica da comunidade, por outro, essa aprovação fragiliza o papel político de um ideal lusófono centrado na língua portuguesa e em Portugal.

Sabe-se que todas as nações que fazem parte da CPLP foram colônias de Portugal, fato este que influenciou diretamente o processo de desenvolvimento socioeconômico e cultural desses países (FLERIO, 2009). É importante ressaltar que o acordo assinado em 1999, durante a V Reunião dos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos países da CPLP; reconhecia o IILP, como uma prioridade em matéria de estratégia das políticas e das atividades da Comunidade. Nesse contexto, Portugal é visto como o responsável pelo Instituto, uma vez que se apresenta como o centro originador e difusor da língua portuguesa comum (SANTOS, 2005).

Diante do exposto, é possível perceber a existência tanto do Português Europeu quanto do Português Brasileiro, bem como suas diversas variedades, assim como também já se observou o Português Moçambicano, o Português em/de Angola, os crioulos de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe e o Português de Timor-Leste: “se queremos dar algum sentido à galáxia lusófona, temos de vivê-la, na medida do possível, como inextricavelmente portuguesa, brasileira, angolana, moçambicana, cabo-verdiana ou são-tomense” acentua Lourenço (2001, p. 112 *apud* BRITO, 2013, p.19).

Tais diferenças surgiram em decorrência da influência de outros povos no território brasileiro, especialmente a influência dos idiomas africanos, por meio dos povos trazidos ao nosso país como escravos. Palavras como farofa, acarajé, fubá, moqueca, axé, cafuné, moleque, muvuca e cachimbo são de origem africana (BATISTA, 2018).

Ainda de acordo com o mesmo autor, os imigrantes que se instalaram no Brasil, vindos de diversas partes do mundo, também contribuíram para as mudanças do idioma. A partir dessa grande mistura, surgiu o português que utilizamos hoje. Além disso, no século 18, aconteceram muitas mudanças fonéticas no português de Portugal, que não ocorreram aqui no Brasil. Isso gerou ainda mais diferenças entre as duas línguas.

O uso do português no Brasil e em Portugal apresentam algumas diferenças, foneticamente falando, no português do Brasil, as palavras terminadas em “l”, por exemplo, substitui-se seu som pelo som da vogal “u” (papel), já no português de Portugal a letra “l” seria destaque e pronuncia-se “papel”, dando ênfase ao “l”. O mesmo acontece na sintaxe, com o uso dos pronomes, no Brasil usamos “me dá uma carona” e em Portugal “dar-me uma carona”. Em relação a acentuação gráfica, é possível perceber que nas palavras brasileiras que usam o acento circunflexo, em Portugal esse acento não é utilizado, e o contrário também acontece. Além das diferenças na escrita e fonética, há ainda aquelas palavras que têm significados diferentes, e podem confundir um brasileiro que estiver em terras lusitanas ou vice-versa (BATISTA, 2018).

A globalização intercultural (MARTINS, 2018) faz da língua portuguesa o instrumento principal norteador de lusofonia, como também o é para o reconhecimento e construção do chamado espaço da lusofonia e dos sentidos

de que se revestem os discursos das identidades várias abarcadas por esse mundo de expressão em português.

É importante compreender cada papel que cabe a língua portuguesa em cada localidade que se faz presente. Quando se pensa lusofonia, significa considerar sobre a função que o português desempenha nas localidades em que recebe o estatuto de oficial. É primordial que o respeito, o conhecimento, o reconhecimento e a valorização das múltiplas realidades linguísticas que configuram os contextos nos quais “também se fala o português” são considerados o vetor responsável por tornar viável um repensar das atitudes culturais, dos conceitos, dos valores e dos modos de interagir e de interpretar cada uma dessas realidades

Assim, é importante considerar que para que a ideia de lusofonia faça sentido é necessário que se vá além do conceber a nacionalidade, que a mesma seja percebida como além de uma única nação, ou de responsabilidade de preservação por parte de outra, pois, uma vez que entendemos que é de fato a língua que nos diz a cada indivíduo lusófono que assume com naturalidade discursos diferentes é que uma pode “vir a ser”, de fato (BRITO, 2013).

Ao que se refere ao âmbito político, a intensão dos “discursos oficiais” é apresentar a lusofonia como um sistema de comunicação linguístico-cultural referente a língua portuguesa e suas variantes linguísticas que, todavia, ao que diz respeito ao plano geo-sócio-político, relaciona-se aos países onde o idioma português é classificada como língua materna, como ocorre com o Brasil, e como língua oficial, formando os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), como Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau e Timor-Leste, os quais formam (BRITO, 2013).

Os aspectos culturais e ideológicos serão abordados no item seguinte.

3 POLÍTICAS DE LÍNGUA E LUSOFONIA: ASPECTOS CULTURAIS E IDEOLÓGICOS

Considerada por Ribeiro (2011) como uma herança histórica, a lusofonia, durante toda sua trajetória foi capaz de criar vínculo profundo e comum a vários povos e Estados. Nesse sentido, é possível dizer que Comunidade dos Países

de Língua Portuguesa é vista como uma realidade do presente, que está diretamente relacionado ao passado em comum entre seus membros. De acordo com a autora, a lusofonia apresenta duas visões, uma de origem policêntrica e outra, de origem multicultural.

É interessante considerar que a visão de origem policêntrica está diretamente relacionada ao conceito de lusofonia, uma vez que este não aceita a existência de um centro dominante, mas sim a existências de vários pólos secundários. Desta forma, pode-se afirmar que a origem policêntrica faz referência a uma articulação dinâmica entre os diferentes centros de soberania. Já a origem multicultural, toma como base uma matriz cultural comum, na qual não existe uma expressão única expressão, mas sim, diversas expressões de diferentes povos.

Segundo argumenta Santos (2005), é importante defender tanto a língua quanto a cultura portuguesa, pois ambas são fatores patrimoniais da Matriz identitária da nação portuguesa, além de serem fatores de projeção estratégica de Portugal. Ao que se refere a face estratégica de Portugal, a Lusofonia utiliza como ação estratégica a articulação dos quatro componentes básicos de sua geopolítica, a saber Portugal, Europa, África e Brasil com a finalidade de desfrutar a afirmação de Portugal no sistema Internacional, ou seja, a lusofonia é capaz de proporcionar potencializar o valor estratégico, político e econômico.

Nesse contexto Martins (2018), afirma que:

[...] a figura da lusofonia, em um contexto pós-colonial convoca uma Comunidade Transnacional. Que tem como denominador comum uma mesma língua, neste caso, o português, porém, é de propósitos políticos-culturais que a mesma mantém seu funcionamento. Exprimindo-se através do multiculturalismo e construindo-se pela interculturalidade (MARTINS, 2018, p.36).

Ainda, segundo a fundação da CPLP, constituída atualmente por nove países lusófonos, considera os acordos ortográficos para a projeção internacional da língua portuguesa, um privilégio que é dado à dimensão política e cultural da Comunidade Lusófona. Martins (2018) afirma ainda que a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa possui outros propósitos além do econômico, uma vez que Brasil e Portugal fazem parte de outros quadros de referência que os vinculam a esse nível, sendo esses a União Europeia e o Mercosul, respectivamente.

Culturas múltiplas e heterogêneas presentes nos países citados onde a língua portuguesa é a oficial, seus propósitos e estratégias político-culturais, prevaletentes se cumprem através da interculturalidade ali existente. Nesse mesmo contexto, Martins (2018, p.38) afirma que a “Língua por si só não garante a construção da Comunidade”.

É sabido, ao se analisar a tese de Fontes (2001), que apenas a língua não será mais suficiente para delimitar da identidade lusófona, ainda que continue sendo elemento decisório no que se refere à identificação de uma cidadania sustentável culturalmente. O mesmo autor defende que não se pode em hipótese alguma, apagar ou até mesmo reescrever os valores, especialmente os presentes na cultura portuguesa, assim como não se deve alterar o patrimônio comum da História dos nossos povos, uma vez que a afetividade de um povo permanece ao longo dos séculos.

Nesse sentido, Bitencourt (2018), relata o surgimento, em 1990, do Novo Acordo Ortográfico, criado pela Academia das Ciências de Lisboa em parceria com a Academia Brasileira de Letras. Reunidos na cidade de Fortaleza, no Brasil, em 2004, os Ministros da Educação da CPLP, propuseram a entrada em vigor do supracitado Acordo, sem que ainda faltassem as retificações de todos os membros da Comunidade.

Foi somente em 2012, durante o primeiro mandato da Presidenta Dilma Roussef, que a aplicação da lei foi prorrogada por mais três anos (de 31/12/2012 para 31/12/2016). O novo Acordo tinha como finalidade reduzir as diferenças de grafia entre os sujeitos de língua oficial portuguesa, visando à unidade intercontinental do português, aproximando escritas entre membros da comunidade lusófona (angolanos, brasileiros, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos, portugueses, são-tomenses, timorenses) e a um maior prestígio do português no mundo.

Nesse contexto, é possível afirmar a necessidade da existência de uma política linguística capaz de reforçar as dimensões histórica, linguística e cultural de um povo, inserindo-o no mundo globalizado e, principalmente, situando-o como nação dotada de identidade própria.

Assim, as palavras de Lourenço (2014, p. 23) trazem a seguinte reflexão:

À mistura estão nas pessoas – que são as margens da cultura, e os destinos da Língua revistos por aqueles que a manejam como utensílio

quotidiano. Que esta linguagem seja, pois, ferramenta e prazer, veículo seguro, mas maleável; que as gerações vindouras nela vejam molde aberto para memória e labor criativo. Porque bonitas são as Línguas depois de manejas e celebradas pelas pessoas.

Entretanto, é possível observar que a norma não é um problema meramente linguístico, mas também é uma questão social e política. Entre 7 e 9 milhões de falantes da língua portuguesa estão nas Diásporas, especialmente nos Estados Unidos da América e no Canadá, em diferentes países europeus, no Japão, na África do Sul, no Paraguai e na Venezuela. Estas bases geográficas são pontos de apoio e de criação de interesse para a manutenção e o ensino da língua de herança no exterior e importante razão para o intercâmbio comercial e cultural com aqueles países. As remessas da emigração, por outro lado, constituem-se como desenvolvimento econômico não desprezível: só os brasileiros nos EUA transferem para o seu país, anualmente, valor superior a 5 bilhões de dólares (MARTES, 2018). O português acompanha o intenso processo de emigração que faz com que hoje mais de 190 milhões de pessoas vivam fora dos seus países de origem.

A relativa limitação do potencial atual de internacionalização do português decorre, por isso, do fato de que se encontra, em termos de gestão, a meio caminho entre uma realidade puramente nacional e outra, embrionária, que já aponta um estágio ou situação multinacional, expressa pela própria ideia de uma Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, mas mesmo essa muito distante de uma gestão global ou transnacional.

Para internacionalizar a língua precisamos internacionalizar a sua gestão, construindo de maneira conjunta a sua cadeia tecnológica e a coordenação diplomática da sua negociação global, reconhecendo a oportunidade de pensá-la e tratá-la como Língua Policêntrica. Preparado o terreno, torna-se o português nosso veículo privilegiado para o estabelecimento de relações econômicas e culturais no cenário mundial.

Entretanto, com a relevância concedida pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura) a primeira comemoração do Dia Mundial da Língua Portuguesa em novembro de 2019, acentua-se a pergunta: O que falta para que o português se junte ao inglês, francês, espanhol, árabe, russo e mandarim como língua oficial de trabalho das Nações Unidas?

Mesmo sendo reconhecidamente a quarta língua mais falada no mundo, a mais falada no hemisfério sul, a quinta com maior número de utilizadores na Internet e a língua oficial e de trabalho em 32 organizações internacionais. Diante de tal fato, percebe-se que existe, de fato, um empenho de alguns departamentos da ONU em desenvolver esforços no sentido em que o português venha a ser uma língua oficial, todavia, além de uma vontade política, é necessário um enorme esforço financeiro, que obviamente levará um considerável tempo para se tornar concreto (CARDOSO, 2020).

Tal reconhecimento seria mais que merecido, visto que, além da língua portuguesa ser uma das línguas mais faladas do mundo, é também uma das "mais espalhadas por todos os continentes." Oficializar o português como língua de trabalho dará origem a um parâmetro de justiça que agora não existe.

Ainda de acordo com Cardoso (2020), falta vontade política para que isso aconteça e uma maior união dos países falantes de português. Assim, pode-se dizer que seria importante a realização de uma ação diplomática forte, contínua e pressionante para que este tema consiga a aprovação oficial.

E finalmente, observa-se a importância das considerações feitas sobre as políticas linguísticas implementadas em diversos momentos no Brasil no que tange à questão lusófona, ou seja, a Língua Portuguesa é parte indissociável do imaginário lusófono, de nós, brasileiros, que, unidos e separados, nos fazemos iguais e nos fazemos diferentes: somos nós, sendo outros, constantemente. Assim, somos todos lusófonos com identidades particulares, reforçando a presença da unidade na diversidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As abordagens apresentadas no presente estudo em relação à dinâmica existente entre língua, cultura e identidade buscaram redirecionar os olhares deles da linguagem no presente século. Tal importância é constatada a partir do momento em que se leva em consideração a reciprocidade e não a intermitência da relação entre língua, cultura e identidade, uma vez que a linguagem é um fenômeno social.

Salienta-se a necessidade de que os estudos contemporâneos da linguagem passem a incluir, de forma significativa, os aspectos culturais como influentes da língua e vice-versa.

Sendo a língua capaz de determinar a cultura, de uma nação, ou grupo, é importante levar em consideração esse pressuposto em relação ao estudo e análise das línguas naturais.

Desta forma, pode-se concluir que, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa foi e é muito importante para a criação de uma identidade lusófona, uma vez que vem buscando ao longo dos anos estabelecer a igualdade soberana dos Estados-Membros, bem como contribuir para a não ingerência nos assuntos internos de cada Estado. Além de primar pelo respeito a sua identidade, pela paz, pela democracia, pelo estado de direito, pelos direitos humanos e da justiça social, por sua integridade territorial, alerta sempre em promover o desenvolvimento e a cooperação mutuamente vantajosa.

E ao vivermos em um mundo globalizado, espera-se então que possamos contar com políticas culturais e linguísticas que nos permitam continuar a desenvolver os estudos sobre as línguas e as culturas nelas envolvidas, permitindo, tanto aos pesquisadores quanto a qualquer falante de uma língua poder escolher de forma consciente.

REFERÊNCIAS

BATISTA, P. Principais diferenças entre o português de Portugal e o português do Brasil. **Estudo Prático**, 2018. Disponível em: <https://www.estudopratico.com.br/portugues-portugal-brasil/>

BITENCOURT, T.C.P. **Lusofonia(S), Identidade e Expressividade**: um diálogo entre pedras. v. 6, n. 1(Dossiê: Lusofonia), p. 22-32, jan. 2018.

BRANCO, L. K. A. C. **Sentidos em disputa**: o nome "Lusofonia" e os nomes das línguas nos países da CPLP. V Seminário de Estudos em Análise do Discurso - O Acontecimento do Discurso: filiações e rupturas, Porto Alegre, 20-23 Setembro 2011.

BRASIL. Promulga a Declaração Constitutiva e os Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. **DECRETO Nº 5.002, DE 3 DE MARÇO DE 2004**. Disponível

em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/D5002.htm

BRITO, R. P. D. Sobre Lusofonia. **Verbum** - Cadernos de Pós-Graduação, n. 5, p. 4-15, 2013.

CAMINO, M.E.M.B. **A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) na Região da Ásia-Pacífico**. Consultora Legislativa da Área XVIII Direito Internacional Público e Relações Internacionais. Brasília. 2013.

CPLP. Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - **CPLP**. Lisboa: [s.n.]. 17 julho 1994.

CPLP. **Declaração sobre a aceitação do pedido de adesão da república democrática de Timor-Leste à CPLP**. IV conferência dos chefes de estado e de governo da comunidade dos países de língua portuguesa. Brasília: [s.n.]. 2002.

CPLP. Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – **ESTATUTO**. Lisboa, 2007. Disponível em: <www.cplp.org>. Acesso em: 06.11.2018.

CARDOS, M. Português como língua oficial da UNO. O q falta? **DW. Made for minds**. 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/portugu%C3%AAs-como-l%C3%ADngua-oficial-da-onu-o-que-falta/a-53342899>

DAMÁSIO, T. **O futuro está já ai!** Link To Leaders. 2019. Disponível em: <https://linktoleaders.com/cplp-futuro-esta-ja-ai-teresa-damasio-grupo-ensinus/>

CRISTOVÃO, F. **A importância do português numa sociedade globalizada e multicultural**. 2008. Disponível em: <https://slideplayer.com.br/slide/340476/>

FLERIO, A. M. D. E. A. A integração entre as nações da Comunidade de Países de Língua Portuguesa - CPLP. **Anais do X Salão de Iniciação Científica** - PUCRS, 2009.

FONTES, J. **Novas Identidades: Portugal e a Lusofonia**. XI Jornada de Relações Internacionais do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, Novembro, 2001.

FREIXO, A. D. **As relações luso-brasileiras e a CPLP**. Algumas reflexões em torno da ideia de Lusofonia. Rio de Janeiro, 2007.

GALITO, M.S. **Conceito de Lusofonia**. CI-CPRI, AI, 018, pp. 1- 21. 2021. Disponível em: <http://www.ci-cpri.com/wp-content/uploads/2012/10/Conceito-Lusofonia.pdf>

LOURENÇO, S. V. M. F. Lusofonia(s) Hoje: Timor-Leste e a idealização de um espaço lusófono. **Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade**, Universidade do Minho, Lisboa, p. 41-60, 2014.

LEVISKI, C.E. **Rumos da CPLP**: Da dimensão ideológica linguística para econômica. In: ENCUENTRO INTERNACIONAL DE INVESTIGADORES DE POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS, 7., 2015, Córdoba. Actas ... Córdoba: Facultad de Lenguas, Universidad Nacional de Córdoba, v. 1. p. 245-252. 2015.

MACEDO, L.L. **Estratégias de Desenvolvimento do Conceito da Lusofonia num Mundo Globalizado**. (Tese). 2014. Disponível em: http://s3.amazonaws.com/public-cdn.ibmec.br/portalibmec-content/public/arquivos/df/dis_2014_24_-_louis_lobo_macedo_0.pdf

MACIEL, C. L. F. **A construção da comunidade lusófona a partir do antigo centro**. Micro-comunidades e Práticas da lusofonia. Dissertação de Doutoramento em Sociologia, Lisboa, p. 1-420, Abril 2010.

MARTINS, M. D. L. A Lusofonia no contexto das Identidad es Transnacionais e Transcontinentais. **Eletrônica Revista Digital do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS**, Porto Alegre, v. 11, p. 3-11, Janeiro 2018.

MEC. Ministério da Educação. **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP**. 2021. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/encceja-2/480-gabinete-do-ministro-1578890832/assessoria-internacional-1377578466/20743-comunidade-dos-paises-de-lingua-portuguesa-cplp#:~:text=A%20CPLP%20tem%20como%20objetivo,de%20um%20intenso%20di%20C3%A1logo%20cultural.&text=A%20coopera%20C3%A7%C3%A3o%20multilateral%20no%20dom%20C3%ADnio,um%20importante%20des%20C3%ADgnio%20na%20CPLP>. Acesso em: 05/01/2021.

MEDEIROS, P. C. P. **Lusofonia**: discursos e representações. O Cabo dos Trabalhos: Revista Electrónica dos Programas de Mestrado e Doutoramento do CES / FEUC / FLUC, Coimbra, 2005. ISSN n 1. Disponível em: <<https://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n1/ensaios.php>>. Acesso em: 29 Agosto 2019.

NOVAIS, P. **Guiné Equatorial**: críticas mantêm-se um ano depois da adesão à CPLP. Observador, 22 de julho de 2015. Disponível em <<http://observador.pt/2015/07/22/guine-equatorial-criticas-mantem-um-ano-da-adesao-cplp/>>. Acesso em: 18 jan.2021.

PINTO, J. F. Da CPLP à Comunidade Lusófona. Lisboa. **Academia das Ciências de Lisboa (ACL)**, 2016.

PONSO, L. Transnacionalidade da Língua Portuguesa, política linguística externa e cooperação acadêmica SulSul nos governos Lula da Silva-Dilma Rousseff (2003 – 2016). Universidade Federal do Rio Grande (FURG). **REVISTA DA ABRALIN**, V. XVII, N. 2, 2018. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/linguagens/article/view/5968>

RIBEIRO, S. **A Lusofonia** - Uma Questão Estratégica fundamental para Portugal., Junho 2011. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/216762401_A_Lusofonia_-

_Uma_Questao_Estrategica_Fundamental_para_Portugal>. Acesso em: 2 Maio 2019.

SANTOS, V. M. D. Lusofonia e Projeção Estratégica. Portugal e a CPLP. **Defesa e Nação**, Lisboa, n. 2, p. 123-151, 2005.

SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP):** solidariedade e ação política. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2011, 203 p.

SEPÚLVERA, A.; ROBLES, T. **A População mundial está aumentando:** dobrou em meio século. Dez, 2020. Disponível em: <https://www.tempo.com/noticias/ciencia/a-populacao-mundial-esta-disparando-dobrou-em-meio-seculo.html>
SEVERO, C. G. Lusofonia, Colonialismo e Globalização. **ForumLinguistic, Florianópolis**, v. 13, p. 1321-1333, Jul/Set 2016.

SILVA, D. B. D. A educação na cooperação técnica Brasil - CPLP: desafios e contradições. **Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH**, Rio de Janeiro, Outubro 2011.

SOUSA, M.G. **Conceitos de Lusofonia:** Artigo de investigação. CI-CPRI, AI, °18, pp. 1- 21. 2012. Disponível em: <http://www.ci-cpri.com/wp-content/uploads/2012/10/Conceito-Lusofonia.pdf>

SOUSA, J. D. J. **A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e a Concertação Político-Diplomática** - A Relação com o Brasil. Lisboa. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração, 2014.

SOUSA, V. D. O difícil percurso da lusofonia pelos trilhos da 'portugalidade'. **Configurações Revista de Sociologia**, XII, Outubro 2013. 89-104.

SOUSA, V. **A lusofonia enquanto olhar pós-colonial: Ranço colonial ou possibilidade intercultural?**2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/340818939>